

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH **HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DE INTEGRAÇÃO LESTE DO PARÁ**

CNPJ nº 23.453.830/0009-27

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial dos Exercícios				Demonstração de Resultados dos Exercícios			
Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)				Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo			(Reapresentado)	Receitas Operacionais		36.271.349	34.176.000
Circulante		5.972.262	6.819.479	Serviços prestados pacientes SUS		36.271.349	34.176.000
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.938.367	3.025.959	Custos		(29.210.177)	(28.970.688)
Contas a receber	5	3.147.335	2.852.321	Serviços de terceiros		(14.920.809)	(15.726.245)
Estoques		545.138	630.758	Pessoal e encargos		(9.473.597)	(9.031.607)
Adiantamento a funcionários		71.397	78.180	Materiais e medicamentos		(4.815.771)	(4.212.836)
Outros créditos		256.967	221.688	Despesas		(6.550.923)	(6.153.955)
Despesas antecipadas		13.058	10.573	Pessoal e encargos		(2.368.399)	(2.257.902)
Não Circulante		9.367.112	6.813.518	Despesas gerais	14	(3.711.714)	(3.591.705)
Contas a receber	5	6.542.519	3.694.519	Impostos, taxas e contribuições		(12.213)	(9.716)
Partes relacionadas	8	565.000	565.000	Depreciação/amortização		(458.597)	(429.843)
Depósitos judiciais	12	20.000	20.000	Provisão para contingências		-	(115.000)
Imobilizado líquido	6	2.193.318	2.476.272	Outras receitas		-	250.211
Intangível líquido	7	46.275	57.727	Financeiras, Líquidas		35.680	71.033
Total do Ativo		15.339.374	13.632.997	Despesas financeiras		(36.035)	(79.841)
	Nota	2018	2017	Receitas financeiras		71.715	150.874
Passivo			(Reapresentado)	Superávit / Déficit do Exercício		545.929	(877.610)
Circulante		5.347.777	4.187.329				
Fornecedores	9	2.931.571	1.967.079	Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios			
Obrigações trabalhistas	10	1.794.873	1.686.689	Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)			
Obrigações sociais	11	269.201	244.957		2018	2017	
Obrigações fiscais		111.027	129.414			(Reapresentado)	
Outras contas a pagar		16.836	10.085	Fluxos das atividades operacionais			
Partes relacionadas	8	224.269	149.105	Superávit / (Déficit) do exercício		545.929	(877.610)
Não Circulante		115.000	115.000	Ajustes de reconciliação do resultado			
Provisão para contingências	12	115.000	115.000	Depreciação/amortizações		458.597	429.843
Patrimônio Líquido	13	9.876.597	9.330.668	Superávit/ Déficit ajustado		1.004.526	(447.767)
Patrimônio social		9.330.668	10.208.278	Variáveis no circulante das contas de ativo e passivo		(2.003.091)	1.126.962
Superávit / (déficit) acumulado		545.929	(877.610)	(Aumento) / redução dos créditos		(3.171.510)	653.384
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		15.339.374	13.632.997	Redução / (Aumento) em estoques		85.620	(81.350)
				Aumento em despesas antecipadas		(2.485)	(2.860)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios				Aumento de fornecedores		964.492	325.847
Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)				Aumento de obrigações trabalhistas		108.184	207.745
	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total	Aumento de obrigações sociais		24.244	5.152
Em 31 de dezembro de 2016	10.667.348	(461.159)	10.206.189	(Redução) de obrigações tributárias		(18.387)	(4.221)
Incorporação ao Patrimônio Social	(461.159)	461.159	-	Aumento de outras obrigações		6.751	21.176
Ajustes patrimoniais	2.089	-	-	Ajustes patrimoniais		-	2.089
Déficit do exercício	-	(877.610)	(877.610)	Caixa líquido (utilizado nas)/proveniente das atividades operacionais		(998.565)	679.195
Em 31 de dezembro de 2017	10.208.278	(877.610)	9.330.668	Atividades de investimentos		(164.191)	(32.262)
Incorporação ao Patrimônio Social	(877.610)	877.610	-	Aquisição de imobilizado		(158.320)	(32.262)
Superávit do exercício	-	545.929	545.929	Aquisição de bens do intangível		(5.871)	-
Em 31 de dezembro de 2018	9.330.668	545.929	9.876.597	Atividades de financiamento		75.164	149.105
				Transações com partes relacionadas		75.164	149.105
				(Redução) / aumento no caixa e equivalentes de caixa		(1.087.592)	796.038
				Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
				Saldo existente no início do exercício		3.025.959	2.229.921
				Saldo existente no final do exercício		1.938.367	3.025.959
				(Redução) / aumento no caixa e equivalentes de caixa		(1.087.592)	796.038

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) faz parte da rede pública do estado do Pará e atende a região Metropolitana III, composta por 22 municípios da 3ª e 5ª Regional de Saúde e o município de Dom Eliseu, pertencente à 11ª Regional de Saúde, abrangendo uma população de, aproximadamente, 900 (novecentos) mil habitantes. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia geral, traumatologia, ortopedia, neurologia/neurocirurgia, com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. O Hospital está situado à Rua Adelaide Bernardes, s/nº, bairro Nova Conquista, cidade de Paragominas/PA.

b) Contrato de Gestão: O Hospital Regional Público de Integração do Leste do Pará (HRPILP) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 26 de maio de 2014, por meio de contrato de gestão nº 028/SESPA/2014. O INDSH, é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde.

2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019.

2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

b) Estoques: São demonstrados ao custo

médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

c) Ativo imobilizado: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.

d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.

e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.

g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.

h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas

continua >